



prgP

Programas
de Reordenamento
e Gestão da Paisagem

biodesign



**PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM
DA SERRA DA MALCATA (PRGP SM)**

RELATÓRIO AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

Versão para Discussão Pública

2021/005

11 de novembro de 2022

DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO
E GESTÃO DA PAISAGEM DA
SERRA DA MALCATA

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Jorge Cancela

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas – Rui Santos, Paula Antunes e Carlos Rio Carvalho

Planeamento do território e gestão da paisagem – Jorge Cancela, João Pedro Carvalho, Sara Fernandes e Ana Queiroz do Vale

Promoção de processos participativos – Paula Antunes, Pedro Clemente e Rui Santos

Sistemas de Informação Geográfica – Ana Preto

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM SERRA DA MALCATA (PRGP SM)

RELATÓRIO AMBIENTAL Resumo Não Técnico Versão para Discussão Pública

ÍNDICE GERAL

1	APRESENTAÇÃO	1
1.1	QUAL O OBJETIVO DESTE DOCUMENTO?	1
1.2	O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)?	1
2	MÉTODO DE AAE	2
2.1	COMO SE REALIZOU A AAE?	2
3	OBJETO DE AVALIAÇÃO	3
3.1	QUAL O OBJETO DE AVALIAÇÃO?	3
3.2	QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS?	4
4	ALCANCE DA AAE	7
4.1	EM QUE CONSISTE?	7
4.2	QUESTÕES ESTRATÉGICAS: O QUE SÃO E QUAIS SÃO?	7
4.3	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO: O QUE É?	8
4.4	FATORES AMBIENTAIS: QUAIS SÃO?	8
4.5	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)	9
4.5.1	O que são FCD?	9
4.5.2	Quais são os FCD identificados?	9
4.5.3	Constituição dos FCD: Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores	10
5	QUAIS OS CENÁRIOS DO PRGP SM ESTUDADOS?	12
6	QUAIS AS CONCLUSÕES DA AAE?	14
6.1	QUAL A EVOLUÇÃO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DECORRENTE DO PRGP SM?	14
6.2	COMO SERÁ FEITO O ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PRGP SM?	20
7	ONDE POSSO CONSULTAR O PRGP SM?	27

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – Área de intervenção do PRGP SM, incluindo as freguesias de maior susceptibilidade e perigosidade de incêndio rural nos concelhos de Guarda, Sabugal e Penamacor.....	4
---	---

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo).....	10
Quadro 2 – Quadro de Avaliação (FCD Valorização do Território)	11
Quadro 3 – Quadro de Avaliação (FCD Serviços dos Ecossistemas)	11
Quadro 4 – Quadro de Avaliação (FCD Governança Territorial).....	11
Quadro 5 - Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 1 Resiliência ao Fogo)	14
Quadro 6 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 2 Valorização do Território).....	16
Quadro 7 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 3 Serviços dos Ecossistemas).....	18
Quadro 8 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD4 Governança Territorial)	19
Quadro 9 – Programa de Seguimento (FCD Resiliência ao Fogo)	20
Quadro 10 – Programa de Seguimento (FCD Valorização do Território).....	22
Quadro 11 – Programa de Seguimento (FCD Serviços dos Ecossistemas).....	25
Quadro 12 – Programa de Seguimento (FCD Governança Territorial)	25

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AIGP	Área Integrada de Gestão da Paisagem
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA-ARH	Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica
CAE	Código de Atividade Económica
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CICES	Common International Classification of Ecosystem Services
CMG	Câmara Municipal da Guarda
CMP	Câmara Municipal de Penamacor
CMS	Câmara Municipal do Sabugal
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental
DA	Declaração Ambiental
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
ENT	Estratégia Nacional para Florestas
ERT	Turismo Centro de Portugal
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030
ENF2030	Estratégia Nacional das Florestal 2030
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FA	Fatores Ambientais
FA	Fundo Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FFP	Fundo Florestal Permanente
GEE	Gases com Efeito de Estufa
ICNF-DCNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - Departamento de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
JF	Junta de Freguesia
OIGP	Operação Integrada de Gestão da Paisagem

ONG	Organização Não Governamental
PAC	Política Agrícola Comum da União Europeia
PDM	Plano Diretor Municipal
PGF	Plano de Gestão Florestal
PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POA	Plano de Ordenamento de Albufeira
PORNSM	Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata
PRGP SM	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata
PROF CI	Programa Regional de Ordenamento Florestal Centro Interior
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSA	Programa Sub-Regional de Ação
PSRN2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégica
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RGA	Recenseamento Geral Agrícola
RN2000	Rede Natura 2000
RNSM	Reserva Natural da Serra da Malcata
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRP	Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem
SAF	Sistema Agro-florestal
SARUP	Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SE	Serviços dos Ecossistemas
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SIG	Sistema de Informação Geográfica

UGP	Unidade de Gestão da Paisagem
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZIF	Zona de Intervenção Florestal

1 APRESENTAÇÃO

1.1 QUAL O OBJETIVO DESTE DOCUMENTO?

O Resumo Não Técnico (RNT) constitui um documento independente do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (adiante designado PRGP SM) e, tem por objetivo, facilitar a divulgação pública da AAE durante o seu período de consulta pública, apresentando os conteúdos da avaliação desenvolvida de forma resumida, clara e tecnicamente acessível, permitindo a familiarização do público em geral às principais oportunidades e riscos decorrentes da implementação do Programa.

No RNT encontram-se evidenciados os temas essenciais abordados no Relatório Ambiental (RA) do PRGP SM, que acompanha, contendo as principais análises e conclusões resultantes da avaliação ambiental efetuada.

Para obter um maior aprofundamento e detalhe sobre os temas abordados no presente documento, recomenda-se a consulta do RA.

1.2 O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)?

A AAE constitui um procedimento obrigatório, previsto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que resulta da transposição da Diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de julho de 2001.

O grande objetivo deste instrumento de avaliação é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais, sociais e económicas nas diversas fases de elaboração do Programa.

Este instrumento constitui um processo contínuo de avaliação da sustentabilidade ambiental que decorre em simultâneo com o procedimento de elaboração do PRGP SM de identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente e no território, decorrentes da implementação Programa.

2 MÉTODO DE AAE

2.1 COMO SE REALIZOU A AAE?

O processo de AAE foi realizado em simultâneo com a elaboração do PRGP SM, numa contínua articulação com as fases do Programa, existindo uma sistemática consulta e integração dos elementos que foram sendo produzidos, identificando potenciais oportunidades e riscos e, eventuais efeitos no ambiente e no território decorrentes da futura aplicação do Programa, estabelecendo recomendações que visam prevenir e minimizar esses efeitos.

O processo metodológico de AAE desenvolve-se assim em cinco fases:

- 1ª Fase – Relatório metodológico e definição dos limites da área de intervenção, com contributos da AAE em articulação com o PRGP SM, na aferição dos limites da área de intervenção, nas metodologias a adotar e na calendarização dos trabalhos. Desta fase resultou como produto um relatório entregue à DGT.
- 2ª Fase – Determinação do Âmbito da Avaliação Ambiental (desenvolvida em simultâneo com o Diagnóstico prospetivo e com a Proposta Preliminar do Desenho da Paisagem Proposta do PRGP SM), nesta fase procedeu-se à focagem ao objeto de avaliação tendo em conta o seu âmbito temporal e espacial, mediante a identificação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), enquanto temas chave que permitem estruturar e objetivar a análise e a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica, decorrentes da futura implementação da Proposta de PRGP SM. Nesta fase foi ainda efetuada uma análise das Questões Estratégicas (QE), do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e dos Fatores Ambientais (FA), resultando no Quadro de Avaliação, que identifica os efeitos significativos para o ambiente e território, com a implementação da Proposta de PRGP SM.

A determinação do âmbito da avaliação ambiental e do alcance foram consubstanciadas no RFCD, submetido na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, sujeito à Consulta das Entidades;

- 3ª Fase – Análise e Avaliação da Proposta de PRGP SM, correspondeu à aferição do âmbito da AAE e do seu alcance, decorrente da ponderação dos pareceres das ERAE ao RFCD, seguindo-se a análise e avaliação da Proposta do PRGP SM. Esta fase incluiu a avaliação de cenários, a avaliação estratégica e dos efeitos no ambiente por FCD, incluindo a análise da situação de referência e de oportunidades e riscos, definição das medidas e recomendações de planeamento e gestão, bem como das de seguimento, e ainda do quadro de governança. Esta fase culminou com a elaboração da Síntese da Avaliação Ambiental e na definição do Programa de Seguimento.

Nesta fase, a DGT apresentou às Entidades territorialmente competentes e às ERAE, a Proposta do Programa e o RA, para Conferência Procedimental, Pareceres das Entidades e eventuais Reuniões de Concertação, materializando-se no Relatório Ambiental.

- 4ª Fase – Elaboração dos documentos de suporte à Discussão Pública, corresponde à presente fase, na qual é preparado o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, incluindo a ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades territorialmente competentes. Estes documentos acompanham a Proposta de PRGP SM para Discussão Pública.
- 5ª Fase – Elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Proposta de Declaração Ambiental, onde serão produzidas em simultâneo com os elementos finais da Proposta de PRGP SM, decorrentes das alterações consideradas relevantes no período de Discussão Pública.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, às restantes ERAE consultadas no procedimento de AAE e disponibilizada ao público para consulta, através da respetiva página da internet.

3 OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1 QUAL O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da presente AAE é a Proposta de PRGP SM e as Questões Estratégicas (QE) associadas.

A área de intervenção do PRGP SM, localiza-se na zona Centro (NUTS II), na transição entre os territórios da Beira Baixa e das Beiras e Serra da Estrela (NUTS III), integrando a totalidade da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), espaço integrado na Rede Nacional de Áreas Protegidas, e incluindo ainda a Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) das Terras do lince-Malcata.

O PRGP SM constitui um instrumento que define, planeia, programa e gere os territórios vulneráveis, através da reconversão da paisagem, reduzindo o perigo de incêndio e da severidade da área ardida, dotando o território de uma maior resiliência.

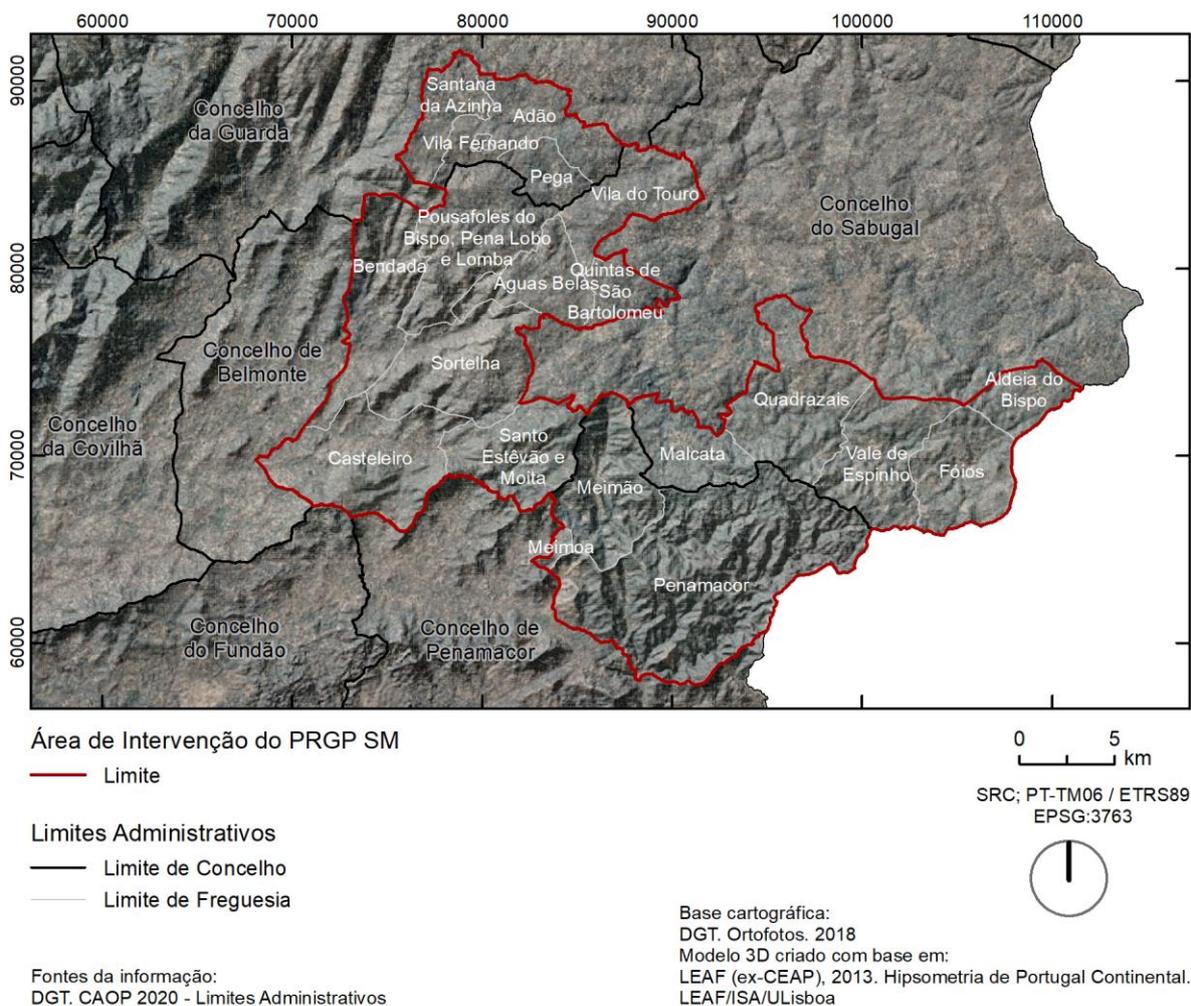


Figura 1 – Área de intervenção do PRGP SM, incluindo as freguesias de maior susceptibilidade e perigosidade de incêndio rural nos concelhos de Guarda, Sabugal e Penamacor

3.2 QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS?

Com uma expressão territorial de 57.308,50 ha, a área de intervenção integra as seguintes freguesias dos respetivos concelhos:

- Guarda: Pega, Santana da Azinhaga, Vila Fernando (parcialmente), Adão
- Penamacor: Meimoa, Meimão, Penamacor
- Sabugal: Águas Belas, Aldeia do Bispo, Bendada, Casteleiro, Fóios, Malcata, Quadrazais, Quintas de São Bartolomeu, Sortelha, Vale de Espinho, Vila do Touro, União das freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, União das freguesias de Santo Estêvão e Moita

A área de intervenção é abrangida pelas regiões hidrográficas do Douro e do Tejo e Ribeiras do Oeste, marcada pela presença de cursos de água (nomeadamente as ribeiras do Seixo, do Boi, das Inguias, de Caria, da Cova da Beira, do Casteleiro e de Meimoa e os rios Bazágueda e Côa) e de planos de água como as albufeiras do Sabugal e da Meimoa que, em conjugação com as linhas de fecho das serras da Estrela e da Malcata, definem a morfologia do território.

Relativamente à ocupação do solo na área de intervenção do PRGP SM, destaca-se uma maior representatividade para as Florestas (45%), seguidas dos Matos (27%), da Agricultura (13%), das Pastagens (7%) e dos Espaços descobertos ou com pouca vegetação (6%), contabilizando estas categorias 98% da área total.

Importa referir as seguintes particularidades sobre as características dos espaços afetos a florestas, agricultura e pastagens. Sobre as áreas de florestas, destacam-se na área de intervenção as extensas e contínuas áreas, em particular afetas a Florestas de Resinosas (pinheiro bravo), que registaram nas últimas décadas um aumento de 61%. Estas áreas encontram-se na zona da RNSM, dominando o uso do solo da zona este-sudeste da área de intervenção, em especial no concelho de Penamacor. Já sobre os espaços dedicados à agricultura (culturas temporárias de sequeiro e regadio e agricultura com espaços naturais ou seminaturais), importa salientar a sua dimensão bastante reduzida, com maior expressão na zona oeste do concelho do Sabugal. Estes espaços ocorrem predominantemente ao longo dos principais cursos de água. As áreas de Pastagens apresentam também uma reduzida dimensão, encontrando-se dispersas pela área do PRGP SM, sobretudo na zona noroeste do concelho do Sabugal, bem como na sua fronteira com o concelho de Penamacor.

A área de intervenção do PRGP SM regista uma baixa densidade populacional, onde a população residente é envelhecida e a natalidade é baixa, decorrente da fraca capacidade de retenção de jovens, quer pela falta de oportunidades de empregos, quer pela oferta de salários baixos, criando condições para a emigração.

O decréscimo de população nos últimos 30 anos (cerca de 50%) e o seu envelhecimento, associados aos baixos rendimentos, tem levado à degradação da capacidade de gestão e de manutenção de algumas propriedades (geralmente de pequena a média dimensão), que acabam por concentrar combustível fino, aumentando os riscos de incêndios rurais e os custos do seu combate.

A área de intervenção coincide com o âmbito territorial estabelecido na alínea d) do n.º 6 e anexo IV Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que integra os territórios vulneráveis delimitados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro (freguesias que apresentam maior susceptibilidade e perigosidade de incêndio rural) e, atendendo à sua importância para a conservação dos valores naturais, a totalidade da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), espaço integrado na Rede

Nacional de Áreas Protegidas. Inclui ainda a Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) das Terras do lince-Malcata.

O PRGP SM constitui um programa setorial, instrumento estratégico de âmbito nacional, de desenvolvimento e concretização de diversas políticas com incidência no território, destinado “a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas” (conforme PTP e RJRP), mediante a definição de diretrizes de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, atendendo à aptidão do solo e às necessidades de gestão e de ordenamento.

No quadro de interação coordenada do sistema de gestão territorial, o PRGP SM emanará assim diretrizes e normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, como disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do RJGT.

Constituem objetivos operacionais do PRGP SM, de acordo com o n.º 4 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março e nos termos do n.º 7 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, os seguidamente apresentados:

- “Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;
- Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;
- Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;
- Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;
- Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;
- Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala. “

Os objetivos estratégicos do PRGP SM encontram-se estabelecidos no n.º5 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que determina a elaboração do Programa, são os seguintes:

- “Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de

áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;

- Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;
- Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvo pastoris, cinegéticas e turísticas;
- Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.“

4 ALCANCE DA AAE

4.1 EM QUE CONSISTE?

O alcance da AAE consiste em identificar os temas mais relevantes a serem abordados no processo de avaliação do PRGP SM, e que resultam de uma análise integrada das Questões Estratégicas, do Quadro de Referência Estratégico e dos Fatores Ambientais.

4.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS: O QUE SÃO E QUAIS SÃO?

As QE constituem os desígnios de natureza estratégica, objetivos e linhas de força associados ao PRGP SM, aos quais este terá de dar resposta.

Foram assim estabelecidas as seguintes QE do PRGP SM:

- QE1: Adaptação e resiliência dos territórios
- QE2: Valorização do capital natural
- QE3: Atratividade e desenvolvimento económico
- QE4: Colaboração e governança territorial

- QE5: Adequação ao modelo de financiamento

4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO: O QUE É?

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) representa as macro orientações de política nacional, europeia e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, que são relevantes na determinação do referencial para avaliação e, no enquadramento às suas Questões Estratégicas do Programa objeto de estudo – PRGP SM.

O QRE constitui assim um quadro estratégico e orientador que integra os documentos relevantes com incidência na área do Programa. Estes documentos que correspondem a documentos nacionais de referência, foram selecionados e agrupados atendendo ao seu âmbito, conforme se apresenta:

- a) Âmbito Europeu
- b) Âmbito Nacional:
 - Programas de Fundos Comunitários de Desenvolvimento Regional
 - Estratégias, Programas e Planos
- c) Âmbito Regional:
 - Planos Regionais de Ordenamento do Território
- d) Âmbito Municipal:
 - Planos Municipais de Ordenamento do Território

4.4 FATORES AMBIENTAIS: QUAIS SÃO?

Os Fatores Ambientais considerados na presente avaliação foram estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, na alínea e), n.º 1, Artigo 6.º, no que respeita à “biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a *inter-relação entre todos estes fatores*”.

De entre os FA analisados verifica-se uma forte convergência das QE com os FA, sendo que as QE1 “Adaptação e resiliência dos territórios”, QE2: “Valorização do capital natural” e QE3 “Atratividade e desenvolvimento económico” se relacionam com a maioria dos FA.

Quanto às QE4 “Colaboração e governança territorial” e QE5 “Adequação ao Modelo de Financiamento” verifica-se, uma convergência mais fraca com os FA, decorrente dos temas que lhe

estão subjacentes (consciência cívica, envolvimento dos atores chave, corresponsabilização dos agentes do território, programação das intervenções e modalidades de financiamento).

4.5 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

4.5.1 O que são FCD?

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas mais relevantes a serem abordados no âmbito da AAE e serviram para estruturar e objetivar a avaliação dos eventuais efeitos de natureza estratégica no ambiente e no território, resultantes da aplicação do PRGP SM.

Os FCD resultaram do profundo conhecimento da equipa sobre a área de intervenção e das potencialidades e fragilidades ambientais existentes.

4.5.2 Quais são os FCD identificados?

No âmbito da AAE do PRGP SM, foram identificados os seguintes FCD:

FCD	Descrição Sumária
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SM no ordenamento biodiverso e resiliente da floresta conjugado com mosaicos agrícolas revitalizados e áreas de descontinuidade, promovendo a prevenção e adaptação do território aos incêndios rurais e a outras vulnerabilidades, no quadro de mudanças climáticas
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SM na valorização dos ativos locais e na gestão sustentável da propriedade rústica, contribuindo para a diversificação da economia, fixação da população, melhoria da qualidade de vida e atratividade territorial
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SM na criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais, promovendo a remuneração dos serviços dos ecossistemas
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SM na articulação com os outros instrumentos de ordenamento territorial, no reforço das competências e do relacionamento entre atores públicos e privados e no envolvimento e corresponsabilização dos produtores agrícolas, florestais e outros agentes do território no ordenamento, conservação e gestão ativa dos espaços rurais

Considerou-se relevante a relação dos FCD com os diferentes documentos do QRE, demonstrando o seu papel no cumprimento das diretrizes ou linhas estratégicas destes.

Foi ainda realizada a convergência entre os FA e os FCD, de modo a averiguar se os FCD selecionados garantiam os domínios ambientais referidos no Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Desta última análise constatou-se que:

- FCD “Resiliência ao Fogo”, “Valorização do Território” e “Serviços dos Ecossistemas” têm uma relação transversal com praticamente todos os FA;
- Os FA que apresentam total convergência com os FCD são Biodiversidade, População, Bens Materiais, Património Cultural e Paisagem.

4.5.3 Constituição dos FCD: Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores

Para cada FCD foram determinados critérios que permitem uma focagem em cada tema, objetivos de sustentabilidade que são propósitos que a AAE pretende atingir e, por fim, a identificação dos indicadores que visam quantificar, qualificar e avaliar os efeitos significativos para o ambiente e para o território do PRGP SM.

Apresentam-se seguidamente os critérios, objetivos de sustentabilidade e os indicadores estabelecidos, para cada FCD.

Quadro 1 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Designação
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	Floresta reconvertida
			Mosaicos agrícolas revitalizados
			Áreas ardidas reabilitadas
			Descontinuidades no território
	Gestão dos espaços rurais		Áreas rurais com gestão
			Cadastro rústico atualizado
	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	Povoamentos florestais afetados por fogos rurais
			Intensidade potencial do fogo
			Perigosidade de incêndio rural
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	Erosão dos solos
			Escoamento originado por eventos de precipitação extrema
			Áreas de solos e vegetação degradados nas áreas mais suscetíveis à desertificação

Quadro 2 – Quadro de Avaliação (FCD Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Designação
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	Espaços florestais reconvertidos
			Mosaicos agrícolas revitalizados
			Áreas rurais com gestão
			Linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas
			Património cultural valorizado
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população	Diversificação das atividades económicas
Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população	Apoios financiados aos espaços rurais	
		Criação de emprego	
		População residente	

Quadro 3 – Quadro de Avaliação (FCD Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Designação
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	Incremento da provisão por tipo de serviço

Quadro 4 – Quadro de Avaliação (FCD Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Designação
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	Articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis
			SARUP consideradas no Programa
	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	Atores públicos e privados envolvidos à elaboração e implementação do Programa
			Reforço de competências e de relacionamento
	Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	

5 QUAIS OS CENÁRIOS DO PRGP SM ESTUDADOS?

Partindo da situação de referência, correspondente à área de intervenção do PRGP SM, foram elaborados e avaliados, conjuntamente pela equipa do Programa, equipa da AAE, 3 cenários baseados na economia do território, governança, gestão de habitat, ocupação do solo, gestão de áreas protegidas e classificadas, gestão de fogos rurais, regime de apoios e investimentos.

A ponderação e avaliação, no âmbito da AAE, para escolha do cenário mais favorável, enquanto opção mais equilibrada do ponto de vista urbanístico, ambiental, social e económico vêm consubstanciar a Proposta do PRGP SM.

Do processo de cenarização que ocorreu, consideraram-se três cenários:

- **Cenário 1 – Cenário Passivo:** não estão previstas alterações significativas sobre a economia do território, mantendo-se a ocupação atual. A gestão do habitat do coelho bravo é feita de acordo com as capacidades atuais das entidades gestoras das zonas de caça, sendo a gestão de áreas protegidas e classificadas realizada de acordo com o preconizado nos IGTs aplicáveis. Quanto à gestão de fogos rurais, prevê-se a manutenção do padrão atual, mantendo-se o nível de perigosidade. Neste cenário, está previsto o mesmo padrão de apoios e investimento florestal, sendo inexistente a remuneração dos serviços dos ecossistemas.
- **Cenário 2 – Cenário de Transição Positiva:** estão previstos benefícios sobre a remuneração dos serviços dos ecossistemas, verificando-se um aumento progressivo da importância das atividades turísticas associadas ao resultado de sistemas de incentivo específicos e do aumento progressivo da sua diferenciação através da renaturalização do território. Estão previstos incentivos para os beneficiários que promovam as ações previstas no Programa. A gestão de habitat do coelho-bravo procura criar as condições necessárias à reintrodução do linco-ibérico. Relativamente à ocupação do solo, prevê-se a reconversão de áreas de povoamentos de pinhal com baixa aptidão produtiva em SAF ou povoamento de sobreiros, mantendo-se 20% das orlas das áreas de mosaico sem intervenção. A gestão de áreas protegidas e classificadas é realizada de acordo com o preconizado nos IGTs aplicáveis. Quanto à gestão de fogos rurais, são implementadas as áreas estratégicas de gestão de combustíveis, as áreas de matos e de mosaico de floresta com matos integram um programa de fogo controlado, registando-se uma acentuada diminuição da perigosidade de incêndio. Neste cenário são contemplados apoio aos investimentos florestais sobre as áreas abrangidas pelas ZIF e AIGP, bem como a compensação de custos de oportunidade e remuneração de serviços dos ecossistemas.
- **Cenário 3 – Cenário Ideal:** a renaturalização é o eixo principal da transformação do território, visando a sua diferenciação e aumento muito significativo da atração de fluxos turísticos. Quanto à governança, esta é desenvolvida em cooperação e em função de objetivos, entre

entidades públicas financiadoras e beneficiários efetivos. A gestão de habitat do coelho-bravo procura criar as condições necessárias à reintrodução do lince-ibérico, sendo que programa incluirá uma componente de gestão das populações de corço. Relativamente à ocupação do solo, prevê-se a reconversão de áreas de povoamentos de pinhal com baixa aptidão produtiva em SAF ou povoamento de sobreiros, mantendo-se 50% das orlas das áreas de mosaico sem intervenção. No âmbito da gestão de áreas protegidas e classificadas, aplica-se o preconizado pelo PRGP SM. Quanto à gestão de fogos rurais, são implementadas as áreas estratégicas de gestão de combustíveis, as áreas de matos e de mosaico de floresta com matos integram um programa de fogo controlado, complementado por fogos de gestão, registando-se uma acentuada diminuição da perigosidade de incêndio. Neste cenário são contemplados apoio aos investimentos florestais, bem como a compensação de custos de oportunidade e remuneração de serviços dos ecossistemas sobre toda a área de intervenção do PRGP SM.

Foi efetuada a construção de uma matriz na qual se avaliaram os 3 cenários desenvolvidos aquando da elaboração da Proposta de PRGP SM, atendendo aos FCD e respetivos critérios estabelecidos no Quadro de Avaliação.

Da análise efetuada verifica-se que o Cenário Passivo apresenta um comportamento globalmente neutro face aos FCD considerados, uma vez que representa a situação atual, sem qualquer intervenção. Por seu lado, os Cenários de Transição Positiva e Ideal apresentam globalmente efeitos potencialmente positivos e muito positivos para o ambiente e para o território da área do PRGP SM.

Da avaliação efetuada, conclui-se que o Cenário Ideal apresenta um comportamento globalmente mais favorável, com maior número de efeitos potencialmente mais positivos. Contudo, a escolha do cenário a adotar no PRGP SM recaiu sobre o Cenário de Transição Positiva, que apresenta globalmente efeitos potencialmente positivos em relação à situação atual, sendo considerado mais equilibrado e exequível no horizonte temporal do Programa (10 anos), face ao conjunto de propostas apresentadas para os diversos âmbitos.

O cenário adotado pelo PRGP SM permitirá uma transição gradual da paisagem atual para o desenho da paisagem proposto (horizonte temporal de 10 anos), admitindo-se a possibilidade de uma futura evolução no sentido do Cenário Ideal, num horizonte temporal mais alargado (20 anos).

6 QUAIS AS CONCLUSÕES DA AAE?

6.1 QUAL A EVOLUÇÃO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DECORRENTE DO PRGP SM?

No âmbito da AAE e para os FCD considerados, foi efetuada uma avaliação da evolução dos eventuais efeitos decorrentes da aplicação do PRGP SM no ambiente e no território, nas quais se identificam as potenciais oportunidades e riscos nas tendências evolutivas exetáveis com a sua implementação, conforme quadro seguinte.

Quadro 5 - Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 1 Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<p>O Desenho da Paisagem Proposto é concretizado em duas vertentes: na reconversão e na gestão da paisagem.</p> <p>A Proposta contempla as seguintes ações para a reconversão dos espaços florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconversão das áreas com povoamentos de Pinheiro-bravo em solos de baixa aptidão para sistemas silvopastoris; ▪ Valorização das áreas de carvalho-negral; ▪ Promoção de ações de suporte à gestão da biomassa. <p>Sobre os sistemas agro-silvopastoris a Proposta prevê a criação de mosaicos diversos, através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação do mosaico agroflorestal; ▪ Revitalização dos mosaicos agrícolas; ▪ Preservação dos solos com melhor aptidão agronómica; ▪ Novas áreas de regadio; ▪ Manutenção de áreas de pastagens e valorização de áreas forrageiras; ▪ Valorização dos produtos endógenos; ▪ Modernização e profissionalização do marketing e da capacidade de comercialização dos produtos locais. <p>A Proposta contempla ainda descontinuidades no território por forma a atuar sobre a gestão do regime do fogo, traduzindo-se nas seguintes propostas de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível; ▪ Mosaicos de Fogos de Gestão; ▪ Mosaicos de promoção de regimes de uso silvo-pastoril; ▪ Áreas de influência dos pontos de abertura; ▪ Outras intervenções em faixas lineares complementares à Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível.
	Gestão dos espaços rurais		<p>O Desenho da Paisagem Proposto promove o emparcelamento e, conseqüentemente, o aumento da dimensão física e económica dos prédios rústicos, com vista a combater a dispersão de minifúndios.</p> <p>A Proposta promove ainda a elaboração do cadastro geométrico da propriedade rústica para os concelhos do Sabugal e da Guarda.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	<p>A Proposta tem por objetivos aumentar a resiliência das comunidades vegetais e povoamentos florestais, e aumentar a capacidade de supressão dos meios empenhados no combate.</p> <p>A Proposta para a gestão do regime de fogo procura gerir a acumulação de combustíveis e alterar o comportamento do fogo à escala da paisagem, através das seguintes estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de combustíveis ou alteração do uso do solo na Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível; ▪ Definição de Mosaicos de Fogos de Gestão; ▪ Definição de Mosaicos de Gestão de Combustível de promoção de regimes silvo-pastoris; ▪ Intervenções estratégicas na área de influência dos pontos de abertura; ▪ Intervenções estratégicas complementares à Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível. <p>A Proposta prevê a diminuição da perigosidade dos fogos rurais no horizonte dos 10 anos, com maior expressão no horizonte de 50-100 anos.</p> <p>Prevê ainda a conversão de cerca de 20% nas áreas silvo-pastoris atualmente ocupadas com carvalho-negral, e a transição de 600ha de pinheiro-bravo em baixa aptidão para carvalho-negral.</p> <p>Quanto à intensidade do fogo a Proposta prevê uma redução significativa sobre a classificação “Extrema”, tornando-se quase inexistente, e uma ligeira redução sobre a classe “Elevada a Extrema”.</p> <p>Sobre o regime de gestão de fogo, a Proposta prevê a redução da representatividade da área de intervenção nas classes de perigosidade Alta e Muito Alta.</p>
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	<p>Com a Proposta prevê-se no curto e médio prazo, o aumento da temperatura média ultrapassa os 1,5°C.</p> <p>As alterações climáticas implicam ainda alterações no nível de humidade e secura, regime de ventos, neve e gelo.</p> <p>Face à necessidade de se reduzirem as emissões de gases, destaca-se o papel das florestas, solos e oceanos enquanto sumidouros de carbono, podendo absorver anualmente cerca de 56% de CO₂ emitido.</p> <p>Sobre as RH3 e RH5, os cenários de evolução de precipitação, temperatura e evapotranspiração, estimam a diminuição da precipitação anual média, do escoamento superficial médio e da recarga média anual das águas subterrâneas, acompanhado de um aumento da temperatura e evapotranspiração média anual.</p> <p>Estas alterações traduzem-se em consequências ao nível da qualidade da água, intensificação de episódios de seca, e maior pressão para a desertificação, com perda de biodiversidade associada à alteração da estrutura e dinâmica dos ecossistemas.</p> <p>Neste contexto, prevê-se um aumento da ocorrência de ondas de calor (duração e intensidade), intensificação dos grandes incêndios rurais e fenómenos meteorológicos extremos, com destaque para chuvas torrenciais, queda de granizo, ciclones e tornados.</p> <p>Estes novos regimes de temperatura e de precipitação potenciam a propagação de novas doenças, bem como o risco de pragas e doenças de plantas, extensíveis aos sistemas agrícolas e florestais.</p> <p>A Proposta preconiza iniciativas individuais que possam compatibilizar, por exemplo, uma maior eficiência da produção pecuária e provisão dos serviços dos ecossistemas, enquanto oportunidades também para a mitigação das alterações climáticas.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
			<p>O Desenho da Paisagem Proposto, alinhado com os objetivos da RAN e REN, constitui uma oportunidade para a prevenção do risco associado às alterações climáticas.</p> <p>Alinhada com a mitigação das alterações climáticas, a Proposta prevê intervenções que atuem diretamente na redução do risco de fogos rurais, na prevenção dos riscos de seca, desertificação e inundações.</p>

Quadro 6 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 2 Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<p>A Proposta prevê um conjunto de ações para a reconversão dos espaços florestais, promovendo uma melhor gestão e valorização dos povoamentos, bem como a remuneração dos SE florestais, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconversão de áreas de Pinheiro-bravo com baixa aptidão para sistemas silvo pastoris; ▪ Valorização das áreas de carvalho-negral; ▪ Reintrodução do lince na Serra da Malcata. <p>Relativamente à revitalização dos mosaicos agrícolas existentes, a Proposta prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção para o emparcelamento; ▪ Preservação dos solos com melhor aptidão agronómica; ▪ Simplificação do acesso aos apoios financeiros; ▪ Criação de condições para a fixação de população jovem; ▪ Valorização dos produtos endógenos; ▪ Modernização e profissionalização do marketing e da capacidade de comercialização dos produtos locais. <p>A Proposta propõe ainda para a gestão das áreas rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação da AIGP “Terras do Lince-Malcata”; ▪ Operacionalização do modelo de cogestão da RNSM; ▪ Operacionalização da ZIF da Malcata; ▪ Constituição da AIGP 1, inserida na UGP 3 Planalto; ▪ Constituição da AIGP 2, inserida na UGP 2 Vales Agrícolas; ▪ Adoção de medidas programáticas de intervenção previstas no PTP como OIGP, Condomínios de Aldeia, Emparcelar para Ordenar;

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivos à constituição de entidades de gestão coletiva (agrupamentos de proprietários). <p>A Proposta prevê sobre a rede hidrográfica e galerias ripícolas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo da erosão nas bacias hidrográficas; ▪ Melhoria do estado/potencial ecológico dos cursos de água; ▪ Revitalização dos cursos de água existentes, bem como as galerias ripícolas associadas, promovendo a efetividade de uma rede natural de corta-fogos; ▪ Proteção da rede hídrica aos riscos de poluição por químicos e/ou em resultado de incêndios rurais; ▪ Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras; ▪ Implementação das faixas vegetais de filtragem nas zonas envolventes às albufeiras. <p>A Proposta de PRGP prevê as seguintes ações de valorização do património cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da capacidade e oferta turística, compatibilizando-a com a preservação dos valores naturais; ▪ Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza, associada aos percursos de caminhada e cicláveis existentes, bem como das praias fluviais; ▪ Desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nas barragens do Sabugal e Meimosa; ▪ Valorização do património arquitetónico associado; ▪ Promoção da compartimentação da paisagem através de muros de pedra e sebes arbustivas, enquanto elementos característicos da paisagem, recuperando as estruturas degradadas; ▪ Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região; <p>Dinamização da atividade cinegética.</p>
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população	<p>A Proposta promove a dinamização dos setores da agricultura, florestas, silvo pastorícia, cinegética, turismo e cultura, potenciando uma atividade produtiva, moderna e de futuro. Prevê-se a criação de oportunidades de emprego numa lógica de renovação geracional, captando jovens empreendedores, promovendo a fixação de população ativa nestes territórios, gerando rendimentos a partir de um serviço público de gestão dos ecossistemas e da paisagem.</p> <p>A Proposta prevê a viabilização das ações preconizadas através dos mecanismos de operacionalização do PTP, adaptando o Modelo Multifundos de apoios ao investimento à manutenção e gestão e à remuneração dos serviços dos ecossistemas, de acordo com os modelos de gestão, as tipologias das operações e a dotação orçamental dos territórios abrangidos.</p> <p>Neste modelo de financiamento, enquadram-se as seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio às ações de investimento; ▪ Apoio às ações de manutenção e gestão; ▪ Apoios à gestão da paisagem e remuneração de serviços dos ecossistemas pelo apoio a investimentos de reabilitação e regeneração; e pagamento anual de serviços de ecossistemas, abrangendo os custos de oportunidade.

Quadro 7 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 3 Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	<p>Face às características biofísicas e socioeconómicas do território, a Proposta preconiza na secção de aprovisionamento, serviços relacionados com o cultivo de plantas terrestres para fins nutricionais, para uso direto ou processamento, criação de animais para fins nutricionais, “plantas silvestres e cogumelos para nutrição” e, “animais silvestres para nutrição”.</p> <p>Sobre a secção de regulação e manutenção, foram identificados os serviços de “controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico”, “proteção contra incêndios, polinização e dispersão de sementes”, “manutenção de populações e habitats”, “regulação da composição química da atmosfera e oceanos”.</p> <p>Relativamente à secção cultural, destacam-se os serviços de “recreio e turismo de natureza”, “investigação científica, conhecimento tradicional e educação”, “cultura e património”, “apreciação estética da paisagem”, “caraterísticas dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado”.</p> <p>Decorrentes da Proposta de Programa, para o critério Provisão dos SE, foi efetuada uma avaliação qualitativa do incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção, atendendo aos efeitos decorrentes das ações previstas no Desenho da Paisagem Proposto.</p> <p>Verifica-se uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção atendendo às ações preconizadas na Proposta do Programa, com cerca de 45% dos efeitos positivos identificados, seguida dos serviços Culturais com cerca de 32% dos efeitos positivos e uma menor valorização dos serviços de Aprovisionamento com cerca de 23% dos efeitos positivos.</p> <p>Os SE que obtiveram um maior incremento da sua provisão no exercício efetuado, foram as classes Proteção contra incêndios, Manutenção de populações e habitats e Recreio e turismo de natureza.</p> <p>Foram identificados potenciais efeitos negativos na classe Manutenção de populações e habitats decorrentes da ação “Aumento da capacidade e oferta turística compatível com a preservação dos valores naturais” e da ação “Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza (percursos de caminhada e clicáveis e de praias fluviais)”.</p> <p>Sendo uma área reconhecida pela baixa intensidade produtiva e reduzida atividade socioeconómica, a avaliação traduz o menor peso atribuído aos serviços de Aprovisionamento, e uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção fornecidos pelos ecossistemas, bem como serviços ligados ao uso recreativo e identidade cultural.</p>

Quadro 8 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD4 Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SM)
, FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	<p>A Proposta de PRGP estabelece as normas de ocupação e utilização dos espaços florestais promovendo a transformação da paisagem assegurando a resiliência e a dinamização do território rural.</p> <p>A Proposta integra nos seus objetivos operacionais e estratégicos as orientações dos principais IGT de âmbito nacional aplicáveis, em particular no que se refere aos objetivos e medidas dirigidas à valorização do território e da paisagem, revitalização dos territórios das florestas, remuneração dos serviços dos ecossistemas e prevenção e adaptação às alterações climáticas.</p> <p>A estratégia, linhas de ação, ações e, Desenho da Paisagem Proposto (em particular a Macroestruturas da paisagem e os Macro sistemas da paisagem), integram as orientações do PROF CI no âmbito das funções gerais dos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar para cada sub-região homogênea, bem como as normas de silvicultura, para as intervenções no Corredor Ecológico.</p> <p>A Proposta integra na sua construção a classificação e qualificação do solo prevista nas plantas sínteses e de ordenamento, do PORNISM, POAS, e PDM aplicáveis.</p> <p>São ainda estabelecidas diretrizes de gestão a incorporar nos regimes de uso do solo aplicáveis aos espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos.</p> <p>A Proposta integra as SARUP aplicáveis, cuja representatividade territorial poderá registar alterações decorrentes das dinâmicas biofísicas e ambientais que possam ocorrer no horizonte de 10 anos.</p> <p>As principais linhas de ação preconizadas pela Proposta são compatíveis com as SARUP, em particular com a REN e RAN, no que se refere aos usos e ocupações compatíveis com os respetivos regimes jurídicos.</p>
	Cooperação territorial	<p>Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados</p> <p>Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território</p>	<p>A Proposta assente na transformação da paisagem num modelo de governança colaborativa, suportado num processo de participação pública alargado, envolvendo atores locais e regionais, institucionais e da sociedade civil.</p> <p>O Programa integra soluções que têm por base a formulação e tomada de decisão das partes interessadas ativas, promovendo a sua adesão e corresponsabilização na execução do Programa, mediante o estabelecimento de parcerias futuras.</p> <p>Durante as entrevistas aos atores do território, foram identificadas as principais tendências, pressões e oportunidades na área de intervenção.</p> <p>Identificou-se enquanto principal foco do Programa o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida das pessoas, promovendo a estruturação do território em mosaicos que fomentem a sua sustentabilidade e resiliência ao fogo, permitindo a conciliação da atividade produtiva e valorização dos recursos endógenos com a conservação dos ecossistemas naturais e da identidade cultural da região.</p> <p>Pretende-se que o envolvimento dos vários agentes promova futuras interações e cooperações na efetivação das ações preconizadas no Programa, e para a sua mobilização e dinamização no desenvolvimento de intervenções concertadas a uma escala mais local, através de sinergias em rede, nomeadamente entre municípios e juntas de freguesia e outros atores.</p>

6.2 COMO SERÁ FEITO O ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PRGP SM?

Apresenta-se seguidamente a inventariação das medidas e recomendações de seguimento para cada FCD a serem implementadas e as entidades responsáveis pela sua implementação e acompanhamento.

Quadro 9 – Programa de Seguimento (FCD Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a ocupação do solo resultante da transformação Proposta Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - floresta reconvertida 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com “Promover a resiliência da floresta” cf. ENF2030 	Trienal	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a ocupação do solo resultante da transformação Proposta Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas revitalizados 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “3.1 Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as áreas ardidas por ocupação do solo Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Anual	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a ocupação do solo resultante da transformação Proposta Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Gestão dos espaços rurais	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “3.1 Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a existência do cadastro geométrico da propriedade rústica para a totalidade da área de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> 100 % da área de cadastro rústico atualizado cf. PRR (até 2026) 	Trienal	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das áreas ardidas por ocupação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da área passível de ser consumida pelo fogo acima da capacidade de extinção nas áreas estratégicas de gestão de combustível 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das áreas ardidas por ocupação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição em 75% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 500 ha 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da área passível de ser consumida pelo fogo acima da capacidade de extinção nas áreas estratégicas de gestão de combustível 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural de incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de erosão do solo Promover ações para redução do escoamento originado por eventos de precipitação extrema Assegurar a instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos Assegurar a reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P -3AC PIAAC de CIMBSE 	Trienal	ICNF, APA CM Sabugal, Penamacor e Guarda, APA CM Sabugal, Penamacor e Guarda, ICNF, APA, Associações de produtores, Agricultores e produtores florestais

Quadro 10 – Programa de Seguimento (FCD Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a ocupação do solo resultante da transformação proposta Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - floresta reconvertida 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com “Promover a resiliência da floresta” cf. ENF2030 	Trienal	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a ocupação do solo resultante da transformação proposta Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas revitalizados 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento do efeito esperado Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “3.1 Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “3.1 Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - rede hidrográfica e galerias ripícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com a “Manutenção e recuperação das galerias ribeirinhas” cf. ENF2030 	Trienal	DGT, ICNF, APA, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras 		Trienal	APA, ICNF
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - património cultural 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reabilitação do património cultural e arquitetónico” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGPC, CCDR Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população	<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” e do efeito esperado “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 		Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FC2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego e a fixação da população	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a aplicação do modelo de financiamento multifundos da PTP (PRR, FEADER, FA, FFP) 	<ul style="list-style-type: none"> Validação da aplicação na área do PRGP SM dos apoios na modalidade operacional Multifundos (FEADER, Fundo Ambiental, Fundo Florestal Permanente), disponíveis na PTP (até 2022, renovável por períodos de programação) e na PAC 2023-2027 (aguarda publicação) 	Anual	Entidade gestora do PRR, IFAP, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, ICNF, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “3.1 Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a aplicação do modelo de financiamento multifundos da PTP (PRR, FEADER, FA, FFP) 	<ul style="list-style-type: none"> Validação da aplicação na área do PRGP SM dos apoios na modalidade operacional Multifundos (FEADER, Fundo Ambiental, Fundo Florestal Permanente), disponíveis na PTP (até 2022, renovável por períodos de programação) e na PAC 2023-2027 (aguarda publicação) 	Anual	Entidade gestora do PRR, IFAP, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, ICNF
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro, CCDR Centro

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Centro, ERTCentro

Quadro 11 – Programa de Seguimento (FCD Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção decorrentes das ações previstas Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às explorações integradas nas AIGP 	<ul style="list-style-type: none"> Validação da aplicação na área do PRGP SM dos apoios na modalidade operacional Multifundos (FEADER, Fundo Ambiental, Fundo Florestal Permanente), disponíveis na PTP (até 2022, renovável por períodos de programação) e na PAC 2023-2027 (aguarda publicação) 	Anual	DGT, DGADR, DRAP Centro, ICNF, APA, AGIF, ERT Centro, CCDR Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, Entidades Gestoras das AIGP

Quadro 12 – Programa de Seguimento (FCD Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD4 GOVERNAÇÃO TERRITORIAL	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SM com os restantes IGT aplicáveis na área de intervenção Assegurar a integração das orientações e diretrizes do PRGP SM nos PDM 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SM com os IGT aplicáveis 	Trienal	DGT, CCDR Centro, APA, DRAP Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda
			<ul style="list-style-type: none"> Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SM com condicionantes territoriais 	Trienal	DGT, CCDR Centro, APA, DRAP Centro, CM Sabugal, Penamacor e Guarda

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa 	<ul style="list-style-type: none"> 100% dos atores públicos e privados identificados como partes interessadas 	Anual	DGT, DGADR, DRAP Centro, AGIF, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SM (p.e. na áreas da silvo pastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos) Incentivar o empreendedorismo e gestão coletiva da propriedade rústica Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de reconversão e gestão da paisagem previstas no PRGP SM 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” e do efeito esperado “Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas” relativa à medida de ação “Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas” cf. PNPOT (até 2030) 	Anual	DGT, DGADR, DRAP Centro, AGIF, ICNF, CM Sabugal, Penamacor e Guarda, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa Incentivar o empreendedorismo e gestão coletiva da propriedade rústica 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Dinamizar redes colaborativas de inovação rural” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Anual	
	Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território		<ul style="list-style-type: none"> 100% dos agentes do território identificados como partes interessadas 			

7 ONDE POSSO CONSULTAR O PRGP SM?

O período de consulta pública da Proposta do PRGP SM tem **início a 18 de novembro de 2022 e término a 13 de janeiro de 2023**.

É possível consultar a Proposta do PRGP SM nos seguintes locais:

a) **Em papel** – Relatório do Programa, Cartografia de Suporte (Desenho da Paisagem Proposta e Desenho da Paisagem Proposta – Áreas Prioritárias), Sumário Executivo, Relatório Ambiental, Resumo Não Técnico:

- **Direção Geral do Território**

- Telefone: (+351) 213 819 600 | (+351) 930 412 554
- Morada: Rua Artilharia 1, n.º 107, 1099-052 Lisboa
- Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 17h00

- **Serviços Centrais da CM Guarda**

- Telefone: (+351) 271 220 220 | (+351) 965 920 660
- Morada: Praça do Município, 5ª, 6300-854 Guarda
- Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 16h00

- **Serviços Centrais da CM Penamacor**

- Telefone: (+351) 277 394 106 | (+351) 963 180 059 | (+351) 915 192 106
- Morada: Largo do Município, 6090-543 Penamacor
- Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 12h30 | 14h00 às 17h30

- **Serviços Centrais da CM Sabugal**

- Telefone: (+351) 271 751 040 | (+351) 961 981 620
- Morada: Praça da República, 6324-007 Sabugal
- Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 15h30

b) **Em digital** (na Internet):

- na página da Internet do **Portal Participa** – <https://www.participa.pt>
- na página da Internet da **DGT** – <https://www.dgterritorio.pt>
- na página da Internet da **CM Guarda** – <https://www.mun-guarda.pt>
- na página da Internet da **CM Penamacor** – <https://www.cm-penamacor.pt>
- na página da Internet da **CM Sabugal** – <https://www.cm-sabugal.pt>

As **observações e sugestões** relativas à Proposta do PRGP SM poderão ser submetidas no **Portal Participa** (<https://www.participa.pt>), ou mediante preenchimento de **Ficha de Participação em papel**, a disponibilizar nos respetivos locais de consulta.